

“Alguns filamentos da textura conceptual do Suplemento Literário de *A Batalha*
(1923/7)”

Maria João Cabrita♦

Resumo:

Nesta comunicação procurarei elucidar os conceitos de Ideal, Emancipação, Educação, Revolução, Sindicalismo e Progresso, nucleares ao pensamento anarco-sindicalista, pela análise duma antologia de artigos do suplemento de *A Batalha*.

Como nota prévia a esta apresentação começo por lembrar que *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, que a partir do nº 14 passou a designar-se «*Suplemento Semanal Ilustrado*», foi publicado entre 3 de Dezembro de 1923 e 31 de Janeiro de 1927, perfazendo um total de 166 números. Este suplemento semanal do órgão da Confederação Geral dos Trabalhadores (C.G.T.), o diário *A Batalha* (1919-1927), como de resto a sua revista quinzenal de arte, literatura e actualidades, *Renovação* (2 de Julho de 1925 a 15 de Junho de 1926), cuja longevidade não ultrapassou os 24 números, reflecte um dos momentos mais altos do movimento operário português. Instrumento da doutrina anarco-sindicalista, o suplemento aqui em análise editou artigos de cariz político, literário, cultural e pedagógico com o intuito de elevar o nível intelectual e moral do operariado. Nele colaboraram, entre outros, Neno Vasco, Emílio Costa, Campos Lima, Adolfo Lima, César Porto, Mário Domingues, Adelaide Cabette, Arnaldo Brazão, Bento Faria, Ferreira de Castro, Jaime Brasil, Julião Quintinha e Nogueira de Brito.

No seguimento desta advertência, urge lembrar o modo como os colaboradores desta publicação se referem ao anarquismo. O anarquismo é a afirmação do espírito da Revolução - como sublinha David de Carvalho, “a ideia

♦ Investigadora do CEHUM, onde desenvolve o seu projecto de pós-doutoramento como bolsista da FCT (SFRH/BPD/44993/2008), e membro do Seminário Livre de História das Ideias da FCSH/UNL. Comunicação apresentada no Seminário Livre de História das Ideias da FCSH/UNL, a 23 de Março de 2009.

anarquista germina sempre”¹. Trata-se de “mais um movimento de inteligência e de cultura; resulta da evolução espiritual da humanidade, para cujos problemas apresenta as verdadeiras soluções”². Mas este movimento vive, à data, uma crise de crescimento decorrente “duma natural evolução das próprias concepções”³.

Eduardo Frias refere-se à crise do anarquismo como a uma crise de propaganda de ideias e não à carência de ideias; ou seja, configura uma crise de reorganização das relações entre os indivíduos, sem a qual a revolução proposta não alcançará o êxito⁴. “As doutrinas anarquistas não são um dogma, como os princípios anarquistas não são um fim, mas um meio de nos entendermos para atingirmos o que nos propomos”⁵.

Qual a posição deste movimento anarquista face ao *status quo*?

Inspirado no amor à liberdade, este movimento aprecia o republicanismo como um mal menor face à monarquia. Mas tal não significa que um libertário participe na vida política da república, uma vez esta instalada. Como sublinha Campos Lima, “o Estado é, qualquer que seja a sua forma, um regime de violência”⁶. Por isso mesmo, propõe-se a substituir o Estado por uma organização livre, por um federalismo económico. Qualquer perspectiva anarquista comunista aceita o princípio da federação e reconhece o vínculo moral entre os indivíduos - lembre-se que a publicação em análise se aproxima mais dum anarquismo comunista que dum anarquismo individualista.

Da mesma forma que combatem os Estados locais, os libertários combatem o Estado universal, e por isso consideram a Sociedade das Nações como um perigo para a liberdade. Neste sentido, lê-se num dos artigos de rosto deste suplemento: “Aboliremos o Estado, não porque ele seja mau, mas porque é desnecessária a sua existência desde que se formem as individualidades com critério próprio e vontade firme para realizar o seu pensamento. (...) Mais do que combater o Estado e o Poder, temos de dirigir a nossa propaganda à formação de individualidades, a

¹ “O movimento anarquista”, in *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I - 10 de Dezembro de 1923 - Nº 2, p.6.

² Idem, p. 6.

³ Idem, p. 6.

⁴ Veja-se FRIAS, Eduardo, “Anarquistas que não crêem na anarquia”, in *A Batalha - Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano III - 18 de Janeiro de 1926 - Nº 112, p. 2.

⁵ FRIAS, Eduardo, “À margem da conferencia anarquista”, Idem, Ano II - 18 de Maio de 1925 - Nº 77, p. 2.

⁶ LIMA, Campos, “Parlamentarismo e ditadura”, in *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I - 21 de Janeiro de 1924 - Nº 8, p. 2.

individualidade de critério firme e vontade firme, que não necessita nem tolera de quem mande”⁷.

Passo, então, à abordagem de alguns filamentos da textura conceptual desta publicação.

IDEAL:

No editorial de lançamento do suplemento de *A Batalha* sublinha-se como as energias dos indivíduos devem ser dirigidas conforme a “qualidade do Ideal”.

“O fracasso da vida, a falência do Ideal são justamente motivados pela ignorância que conduz ao atrevimento, à temeridade de querer realizar uma coisa que está acima e fóra das suas fôrças”⁸.

É preciso saber o que se quer: “Para que um Ideal se torne uma realidade, é condição prévia e indispensável conhecê-lo íntima e profundamente na sua integridade e máxima pureza e quais são os seus fundamentos científicos e se ele é, na verdade, uma previsão científica ou uma simples hipótese metafísica”⁹.

Isto significa que a realização do ideal pressupõe uma consciência educada e esclarecida. Mas como se caracteriza o ideal? “O ideal que foi revolta e liberdade, agora é só - **trabalho e perfeição**.

Ao trabalho!”¹⁰

Trata-se de dignificar e exaltar o trabalho, tanto manual como intelectual, dado que este aperfeiçoa aquele, que se completam. O êxito da revolução, a realização do ideal, exige o estreitamento e solidariedade entre um e outro - como salienta Carvalhão Duarte: “socialmente, o indivíduo, por si não vale nada; uma classe por si pouco vale: a união das classes vale tudo, e há de ser nessa união de todos os trabalhadores que há de assentar a sublime realização dos novos ideais que hão de trazer para a Humanidade dias felizes, dias de harmónico viver social. Avante pois pela união de tôdas as classes trabalhadoras, manuais e intelectuais”¹¹.

⁷ “A Sociedade das Nações e o perigo que representa para a liberdade dos povos”, in *A Batalha - Suplemento Semanal e Ilustrado*, Ano II - 26 de Outubro de 1925 - Nº 100, p. 1.

⁸ “Saber para Poder”, in *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I - 3 de Dezembro de 1923 - Nº 1, p. 1.

⁹ Idem, p. 1.

¹⁰ “A cavalgada do Ideal”, *Batalha - Suplemento Semanal Ilustrado*, Ano I - 10 de Março de 1924 - Nº 15, pp. 1-2.

¹¹ DUARTE, Carvalhão, “Operários intelectuais e manuais”, Idem, Ano I - 3 de Setembro de 1924 - Nº 41, p. 1.

O trabalho é a base da vida e a sua finalidade - “o trabalho deve estar para cada indivíduo em relação com as suas forças e com as necessidades de produção, e conseqüentemente com as suas próprias necessidades que hão-de forçosamente depender das necessidades colectivas, numa sociedade organizada sob uma perfeita divisão do trabalho”¹². Neste mesmo artigo, lê-se: “O que nós sentimos e anreamos é a tanto quanto possível imediata realização do nosso ideal, porque certos estamos que essa realização trará para tôda a humanidade dias de melhor viver económico e social”¹³.

Na perspectiva doutrinária seguida por esta publicação, o desejo de realização do Ideal constitui o elo entre os trabalhadores.

EMANCIPAÇÃO:

Ao longo desta edição advoga-se a emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores; assim como a organização da sociedade futura como obra daqueles que nela vivam¹⁴.

A vida contém em si os elementos da sua própria emancipação - como se pode ler num dos artigos do suplemento: “O elemento de emancipação mais eficaz está em nós mesmos. Não o devemos procurar nas circunstâncias, nem fora da nossa personalidade”¹⁵. Neste sentido, Manuel Joaquim de Souza questiona: “(...) será possível a emancipação proletária e a libertação humana, sem a extirpação do servilismo e da autoridade existentes no âmago de cada indivíduo?”¹⁶.

Os instrumentos históricos da emancipação dos trabalhadores são a classe (e não o povo), o produtor (e não o cidadão) e o sindicato (e não o Estado). O anarco-sindicalismo eleva a sua luta fora de qualquer partido ou interesse económico - movimento operário emancipado política e economicamente.

PROGRESSO:

Como salienta Manuel Joaquim de Souza, o sentimento moral da humanidade dá estabilidade às conquistas humanas, conferindo mais relevo ao progresso em todas

¹² DUARTE, Carvalhão, “A luta de classes”, Idem, Ano II - 30 de Março de 1925 - Nº 70, pp. 1-2.

¹³ Idem, p. 1.

¹⁴ Remetemos para “A sociedade futura”, Idem, Ano I - 23 de Junho de 1924 - Nº 30, p. 2.

¹⁵ “Elementos de emancipação”, Idem, Ano III - 1 de Fevereiro de 1926 - Nº 114, p. 3.

¹⁶ SOUZA, M. J., “Igualdade e Liberdade” in *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I - 17 de Dezembro de 1923, Nº 3, p. 6.

as suas manifestações¹⁷. Mas o progresso, tal como compreendido pelo anarco-sindicalismo, realiza-se contra o princípio da autoridade e fora das engrenagens políticas; tanto mais que resulta das livres relações sociais¹⁸. Como qualquer animal que vive em sociedade, o homem pode prescindir da autoridade. A luta pelo progresso é anti-legal - o choque com a lei é inevitável quando as ideias advogadas estão em desacordo com as ideias dominantes - e deve inspirar-se em propósitos concretos.

No artigo que dedica à questão da religião e da evolução, M. Gonçalves Vidal evidencia o fim da missão histórica do cristianismo e, sob um olhar crítico, indaga: “Que pode fazer em prol do progresso um dogma que fecha os olhos à Razão e destrói de inestimável valor histórico e científico?”¹⁹.

REVOLUÇÃO:

Como sublinha Jean Grave, não existe revolução sem evolução - aquela constitui a realização das ideias preparadas por esta²⁰. A Revolução, tal com entendida pelo anarquismo, não é uma revolução política - esta não se inspira num objectivo que satisfaça as aspirações do povo trabalhador. Trata-se, sobretudo, de uma revolução social. Na verdade, desde o início da história que a humanidade se encontra envolvida numa revolução de sucessivo aperfeiçoamento, numa contínua revolução social de progresso e perfeição. A revolução social em questão, a revolução dos explorados, não tem por objectivo a permuta entre as classes dominadora e dominada, como pensa a burguesia, mas o nivelamento e equilíbrio. Uma vez nivelada a situação económica, a situação moral e social será melhorada.

A revolução social constitui, antes de mais, uma consciencialização - como nos mostra o editorial de lançamento do suplemento: “Não pode haver **revolução social** no autêntico e genuíno significado idealista e profundamente humanitário da palavra, sem que ela se tenha produzido previamente no íntimo, no mais profundo recôndito do indivíduo e que através da sua consciência passe para o subconsciente, para os seus hábitos, para os seus instintos e que, como o sangue, percorre todo o seu corpo e impregne todos os seus tecidos”²¹.

¹⁷ Idem, p. 6.

¹⁸ Remetemos para “O fracasso da república”, Idem, Ano I - 14 de Janeiro de 1924 - Nº 7, p. 2.

¹⁹ VIDAL, M. Gonçalves, “Religião e Evolução”, Idem, Ano I - 24 de Dezembro de 1923 - Nº 4, p. 3.

²⁰ GRAVE, Jean, “Para preparar a sociedade futura: I - A desordem”, in *Batalha - Suplemento Semanal Ilustrado*, Ano III - 9 de Agosto de 1926 - Nº 141, p. 4.

²¹ “Saber para Poder”, in *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I - 3 de Dezembro de 1923 - Nº 1, p. 1.

A transformação moral dos indivíduos, tal como sublinhado por Campos Lima, “impõe a necessidade de modificar as bases económicas da sociedade”²². Consequentemente, urge assentar a vida económica em bases igualitárias.

No artigo “Revoluções Políticas” questiona-se sobre a melhor forma para se ultrapassar a crise económica, concluindo-se a necessidade de se recorrer a uma solução radical - apresentada nos seguintes termos: “a expropriação da propriedade individual, a abolição do poder económico da burguesia, a destruição da sociedade capitalista. Tudo quanto não seja isto, por mais radical que pareça, não passará de um paliativo que não terá outra consequência que não seja a de prolongar por mais algum tempo a existência do Estado, a adiar a grande revolução que o há-de substituir por uma livre organização de indústrias e profissões, um base federalista, uma base federalista e igualitária”²³. No mesmo sentido, Campos Lima escreve: “a revolução social anarquista tem por fim o federalismo económico libertário”²⁴.

A revolução social e económica anarquista tem em vista substituir o Estado por um federalismo económico; pois só assim serve a causa da liberdade. “O nosso dever de revolucionários é procurar pôr em prática a nossa doutrina e só nos deixarmos vencer quando a realidade se voltar contra nós”²⁵.

SINDICALISMO:

“Le syndicalisme, répetons-le, est le mouvement, l’action de la classe ouvrière; il n’est pas la classe ouvrière elle-même”²⁶.

Na perspectiva anarquista, diferentemente das do reformismo estatal e do sindicalismo comunista (ambas influenciadas pelo partidarismo e poder estatal), o sindicalismo constitui um meio de acção ao serviço de um Ideal. Trata-se do braço do Ideal: “Não se precisa de uma divisão entre anarquistas e sindicalistas porque não seria lógica a separação do cérebro que pensa e do braço que executa: eis a missão do

²² LIMA, Campos, “A fé cristã e a sociedade futura”, Idem, Ano I - 28 de Janeiro de 1924 - Nº 9, p. 4.

²³ “Revoluções políticas”, Idem, Ano I - 17 de Dezembro de 1923 - Nº 3, p. 2.

²⁴ LIMA, Campos, “O anarquismo e o sindicalismo na sociedade futura”, Idem, Ano I - 11 de Fevereiro de 1924 - Nº 11, p. 3.

²⁵ LIMA, Campos, “Propriedade individual ou colectiva?”, in *Batalha - Suplemento Semanal Ilustrado*, Ano I - 24 de Março de 1924 - Nº 17, p. 6.

²⁶ GRIFFUELHES, Victor, *Le Syndicalisme révolutionnaire* (1909), Éditions Espoir, s.d., p. 2.

anarquismo, eis a missão do sindicalismo. (...) O sindicalismo constitui uma força, cuja idealidade a afirmá-la é o comunismo libertário”²⁷.

O que é essencial no sindicalismo, como escrevera Neno Vasco em *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, é a acção e organização da classe operária - os operários agrupam-se por serem assalariados e terem necessidade de lutar contra os patrões, fora de qualquer partido político e de qualquer associação económica. Em prol dessa luta empregam meios de acção directa que giram em torno da greve. A revolução propagada pelo sindicalismo tem em vista a abolição de classes pela luta de classes - diferentemente do parlamentarismo e do corporativismo (sem a acção consciente dos revolucionários) que conduz à colaboração das classes e, conseqüentemente, à abolição de luta entre elas.

A noção de “acção directa” fornece uma explicação sobre a natureza do projecto libertário - é definida por Émile Pouget, líder da C.G.T. francesa nos princípios do séc. XX, como “manifestação da força e vontade trabalhadora, materializada em actos que podem ser mais ou menos violentos”.

Quais as relações existentes entre a doutrina libertária e o sindicalismo, sob o ponto de vista da evolução para a sociedade futura? Como escreve Campos Lima, “o sindicalismo como fase social é uma situação intermédia da sociedade actual para a sociedade libertária”²⁸. Trata-se, assim, de um regime transitório entre o regime estatal (no caso republicano) e o federalismo económico libertário - “tendo o sindicalismo uma base federalista ao mesmo tempo uma base autonomista; podendo fazer a concentração da industria e ao mesmo tempo a descentralização do que deve ser descentralizado; parece-nos corresponder precisamente a uma fase de transição para a sociedade comunista anarquista”²⁹.

Um regime social sindicalista tem por objectivo preparar o terreno para a eclosão do anarquismo - “A organização sindicalista possui já, ainda rudimentar e incompleta, a fórmula que mais tarde se transformará num sistema social mais lógico, mais racional. Pela maneira como as classes trabalhadoras se estão agrupando se pode deduzir que o desenvolvimento do sistema sindicalista tende a substituir com

²⁷ GUSTAVO, Soledad, “Sindicalismo e Anarquia”, in *Batalha - Suplemento Semanal Ilustrado*, Ano III - 31 de Maio de 1926 - Nº 131, p. 7.

²⁸ LIMA, Campos, “O anarquismo e o sindicalismo na sociedade futura”, in *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I - 11 de Fevereiro de 1924 - Nº 11, p. 3.

²⁹ Idem, p. 3.

vantagens o sistema parlamentar democrático”³⁰. Apela-se ao ingresso das profissões liberais no sindicalismo - as classes produtoras devem trabalhar em conjunto. Carvalhão Duarte apela a esta união, ao expressar que só assim uma organização social mais justa, harmoniosa e perfeita será concretizável: “Unamo-nos e que o único desejo a cerrar fileiras seja o da destruição dos iníquos princípios em que assenta a actual organização social”³¹.

Face à falência do parlamentarismo, considera-se que a organização da sociedade futura está nas mãos da acção sindical. O sindicalismo constitui a fórmula social que satisfaz e concilia os interesses materiais da maioria do país - “queremos uma sociedade equitativa para todos, onde o bem estar seja comum a toda a gente”³². O sindicalismo “representa o domínio da verdadeira ordem e da inteligência”³³.

Aos sindicatos cabe a missão de velar pela educação moral dos operários. O movimento sindical e revolucionário português tem como uma das preocupações maiores “a cultura mental do operário”, como salienta Alfredo Marques em “A cultura mental do operariado”³⁴. Neste artigo lembra-se que, do ponto de vista do valor mental, existem duas categorias de militantes sindicalistas: “Os que accionam simplesmente por um poder de intuição, e os que orientam a sua acção pelo estudo aturado dos princípios e objectivos que animam a luta de classes, e que constituem autênticos valores de capacidade ideológica dentro da mediana cultura que possuem”³⁵.

O sindicalismo deve ser obrigatório, como defende George Scelle, ou livre e voluntário, como sustenta Paul Louis?

Para George Scelle o fundamento lógico do sindicalismo obrigatório deve-se ao facto de ser indispensável que, por um lado, a organização profissional englobe a totalidade de interesses, por outro, que a organização disponha dum verdadeiro poder regulamentar para impor o respeito. Neste sentido, conclui-se: “(...) o sindicalismo aparece-nos como um instrumento de futuro essencial, mas com a condição de englobar todos aqueles que, profissionalmente têm interesses comuns e que, sem a sua

³⁰ “Parlamentarismo e sindicalismo”, *Batalha - Suplemento Semanal Ilustrado*, Ano II - 28 de Dezembro de 1924 - Nº 57, p. 3.

³¹ DUARTE, Carvalhão, “Herança dos trabalhadores”, *Idem*, Ano II - 9 de Fevereiro de 1925 - Nº 63, p. 1.

³² “A falência do parlamentarismo”, *Idem*, Ano II - 16 de Março de 1925 - Nº 65, pp. 1-2.

³³ *Idem*, p. 2.

³⁴ *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I - 18 de Fevereiro de 1924 - Nº 12, p. 2.

³⁵ *Idem*, p. 2.

disciplina e sem a coesão, que o sindicalismo lhes fornece, estão fora do alcance de conhecer quais são os seus verdadeiros interesses e de promover a sua realização”³⁶ Esta concepção, conforme à corrente corporativa e sindicalista francesa, anexa o sindicalismo ao Estado e suprime a luta de classes.

Diferentemente, Paul Louis considera que o sindicalismo não constitui um instrumento do Estado, mas contra o Estado - a C.G.T. coloca-se na esteira desta concepção. Consequentemente, o sindicalismo é livre e voluntário, pois de outro modo renega-se - “o sindicalismo obrigatório sobrecarregaria com um peso morto as organizações vivas, incorporando nelas elementos passivos ou hostis”³⁷. O sindicalismo livre tem a preferência do proletariado, sendo grande o seu papel histórico.

EDUCAÇÃO:

No editorial de lançamento do suplemento de *A Batalha* sublinha-se: “É o estudo, é o trabalho próprio e o esforço sincero em acertar, o amor, a paixão pelo saber, pelo império absoluto da Verdade, é a obra da educação que conduz ao auto-aperfeiçoamento do indivíduo - que hão de impor, exemplarmente, como modelo, aos outros, a verdade na Revolução”³⁸. Considera-se, assim, que o estudo efectiva o Ideal e a Revolução; que a realização do Ideal pressupõe uma consciência educada e esclarecida. Por isso, este suplemento apresenta-se como “órgão de exposição doutrinária e elemento de educação”³⁹.

A educação tem por desígnio, à data, “formar em cada indivíduo uma moral consciente do fim social do ser humano”⁴⁰. A educação social constitui o meio pelo qual se desperta os povos. Como salienta Carvalhão Duarte: “A educação social tem sido quasi em absoluto desprezada e até por vezes tem sido vedado dizer ao povo todas as verdades sociais, e daí o movimento de avanço social ter sido lento. Mas hoje que a educação e a instrução vão sendo privilégio geral e não, como outrora, privilégio exclusivo de indivíduos ou castas, nós entendemos que se deve ministrar

³⁶ “O sindicato deve ser obrigatório?”, in *Batalha - Suplemento Semanal Ilustrado*, Ano II - 27 de Julho de 1925 - Nº 87, p. 6.

³⁷ “O sindicato deve ser obrigatório?”, Idem, Ano II - 3 de Agosto de 1925 - Nº 88, p. 6.

³⁸ “Saber para Poder”, in *A Batalha - Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I - 3 de Dezembro de 1923 - Nº 1, p. 1.

³⁹ Idem, p. 1.

⁴⁰ SOUSA, José Carlos de, “Redimindo o passado e construindo o futuro”, Idem, Ano II - 6 de Julho de 1925 - Nº 84, p. 1.

uma funda e bem orientada educação social que desperte novas injustiças, e auxilie o movimento natural da humanidade, de forma que o aperfeiçoamento se opere mais rapidamente, e assim antijâmos breve o futuro que nos redima e compense das vergonhas, das amarguras e das iniquidades do presente”⁴¹. A educação e a instrução constituem o meio pelo qual se pode esmagar os princípios injustos que regem a sociedade portuguesa contemporânea.

Neste sentido, esta publicação critica o reformismo educativo da República. Em “A República e a instrução do povo”⁴² evidencia-se como a República, da mesma forma que a monarquia, pretende manter o povo no mais profundo obscurantismo, no analfabetismo, e conquanto no passado considerasse a educação do povo como a primeira etapa de preparação da sociedade futura. Neste mesmo artigo assinalam-se os objectivos do anarquismo quanto a esta questão: acabar com o analfabetismo, através de uma educação sem sectarismos e com uma moderna orientação pedagógica.

A supressão do ensino religioso constituiu a única novidade trazida pelo republicanismo à educação; de resto, as escolas ficaram na mesma. Num tom crítico, assinala-se: “o estado republicano não se resolveu ainda atribuir à instrução a verba de que ela necessita, para que se amplie o numero de escolas e se melhore o ensino, segundo os modernos preceitos pedagógicos”⁴³. Prática que, de resto, se conforma ao interesse da burguesia, da classe exploradora - para a qual, manter o povo embrutecido constitui uma vantagem. Critica-se quer a redução da instrução pública, quer a falta de apoio financeiro à Universidade Popular que, desempenhando um papel de relevo na instrução popular, corre o risco de fechar.

Enquanto uns defendem as Universidades Populares - o elo entre os trabalhadores manuais e os trabalhadores intelectuais, indispensável à obra da emancipação⁴⁴ - dado proporem cursos com o objectivo de elevar o nível mental dos jovens operários; outros consideram importante que a C.G.T. crie uma escola de militantes com o mesmo objectivo. Alfredo Marques considera que a materialização deste objectivo requer “a criação duma agremiação de carácter pedagógico com a função de preparar os elementos operários para a direcção do movimento operário,

⁴¹ DUARTE, Carvalhão, “A humanidade tem-se conservado sempre em franca revolução social”, Idem, Ano I - 26 de Maio de 1924 - Nº 26, p. 6.

⁴² Idem, Ano I - 21 de Janeiro de 1924 - Nº 8, p. 2.

⁴³ Idem, p. 2.

⁴⁴ Remetemos para SOUSA, José Carlos de, “A acção das Universidades Populares”, Idem, Ano III - 15 de Março de 1926 - Nº 120, p. 2.

com capacidade industrial para assumirem cargos de responsabilidade económica, industrial e científica”⁴⁵; uma agremiação composta por trabalhadores manuais e intelectuais. Da mesma forma, Nogueira de Brito considera que a C.G.T. deve engrandecer a cultura dos trabalhadores pela constituição de uma biblioteca, onde prevaleça a boa literatura junto aos manuais profissionais; pela promoção de conferências; pela organização de sessões de crítica e comentário a obras literárias; assim como pela organização de visitas de estudo a museus, etc⁴⁶.

Campos Lima critica, igualmente, o trabalho desenvolvido pela república no domínio da educação - não percebe a importância, do ponto de vista social, da organização do ensino primário - e advoga o estabelecimento de uma cultura geral para todos⁴⁷. Neste sentido, escreve: “O ensino será sempre uma ficção, como utilidade social, se se não basear neste princípio: dar a toda a gente uma cultura geral literária e científica e um desenvolvimento físico e manual não especializado; num segundo grau fazer-se a especialização ou literária, ou científica, ou profissional e prevendo-se mesmo o caso de uma maioria de intelectuais a que não podia deixar de dar-se também uma especialização profissional paralela à especialização literária ou científica”⁴⁸.

A par da defesa da Universidade Popular, o anarco-sindicalismo pelega pela co-educação e a escola única.

A co-educação configura, como assinalado por Acrato Llull, o “processo pedagógico mediante o qual na mesma escola e pelos mesmos professores são educadas, ensinadas e instruídas as crianças de ambos os sexos”⁴⁹. A escola revolucionária tem por transformação a co-educação - processo de educação que trabalha para a igualdade social dos sexos. Sendo a libertação para a mulher, é-o também para o homem.

Mais do que um problema moral e sexual, a co-educação constitui um problema social, dado que proporcionará às mulheres as mesmas oportunidades que a sociedade concede aos homens - “A mulher será forte como o homem, interessar-se-

⁴⁵ MARQUES, Alfredo, “A cultura mental do operariado”, in *Batalha: Suplemento Literário e Ilustrado*, Ano I - 18 de Fevereiro de 1924 - Nº 12, p. 2.

⁴⁶ Veja-se BRITO, Nogueira de, “A Confederação Geral do Trabalho e a sua função educativa”, Idem, Ano I - 25 de Fevereiro de 1924 - Nº 13, pp.1-2.

⁴⁷ LIMA, Campos, “Como os republicanos entendem a democratização do ensino”, in *Batalha: Suplemento Semanal Ilustrado*, Ano I - 22 de Setembro de 1924 - Nº 43, p. 6.

⁴⁸ Idem, p. 6.

⁴⁹ LLULL, Acrato, “A coeducação”, Idem, Ano I - 25 de Fevereiro de 1924, Nº 13, p. 2.

ha pelos grandes problemas da vida, quando fôr educada como é o homem. E a coeducação tem esse alto objectivo”⁵⁰. Lembra-se, neste artigo, que as escolas da “A voz do operário” começaram a pôr em prática a co-educação.

A escola única é considerada como a base da organização social futura: “A Escola Única, tal qual nós a concebemos é a base da Educação Nova; e as modernas ideas duma sociologia humana e consciente só terão realização prática quando a Escola Única for um facto.

A defesa da Escola Única cresce a par da defesa do acesso dos mais desfavorecidos às escolas secundárias e superiores; e toma como base a premissa: “a cultura geral inicial do ser humano deve ser igual para todos”⁵¹. Inspirada na pedagogia e psicologia modernas, a escola única permite que a entrada dos alunos nas escolas especializadas se faça na idade adequada, por volta dos 15 anos.

“A Escola Única é a abolição das “elites”; é a Escola de todos e para todos sem distinções de classe ou castas; é a Escola onde a criança pobre, miserável, necessitada se não distingue da criança burguesa; é a Escola *pela Vida e para a Vida*; é a Escola centro de selecção das inteligências sem preconceitos tolos de classe: é, finalmente, o cadinho onde se hão-de fundir as classes e castas que a Democracia fingida do nosso século conservou debaixo de pomposos rótulos de “liberdades” e “igualdades” transformadas numa sociedade consciente e trabalhadora”⁵². Trata-se de uma escola que se adopta às características do seu meio de emergência - será oficina no meio industrial, comércio no meio mercantil e agrícola no campo.

⁵⁰ M.O., “A coeducação não é apenas um problema moral e sexual. É sobretudo um problema social”, in *Batalha - Suplemento Semanal Ilustrado*, Ano III - 29 de Novembro de 1926 - Nº 157, p. 6.

⁵¹ PENA, Mauro, “O problema da Escola Única”, Idem, Ano III - 2 de Agosto de 1926 - Nº 140, p. 3

⁵² PENA, Mauro, “A Escola Única, base da organização social futura”, Idem, Ano III - 11 de Janeiro de 1926 - Nº 111, p. 3.